

Maio de 2022**Taxação de Grandes Fortunas**

Como a taxaço de Grandes Fortunas pode impactar a sociedade e a economia brasileira

gera discussões entre todas as classes sociais. Os dados e argumentos mais importantes serão apresentados ao longo do artigo.

A ideia de taxar grandes fortunas é mencionada muitas vezes ao longo da história, porém ela começou a ser realmente implementada na França no ano de 1981. Após esse acontecimento, vários outros países também começaram a implantar esse tributo. É importante salientar que o Brasil aprovou essa cobrança de imposto, estando até previsto na Constituição de 1998, porém ele não é regulamentado e conseqüentemente não pode ser aplicado.

Como seria a aplicação da taxaço se fosse aplicado no Brasil?

Em relação à proposta elaborada, seriam aplicados impostos referentes aos patrimônios acima de R\$4,67 milhões de reais, sendo que a alíquota seria variável entre 0,5% e 5% de acordo com a renda, além da tributação em relação ao patrimônio líquido para aeronaves acima de R\$5 milhões, automóveis acima de R\$500 mil e embarcações acima de R\$ 1 milhão de reais.

Pesquisas apontam que com a aplicação deste imposto tem-se a capacidade de captação de R\$40 bilhões de reais por ano, em termos comparativos, o Bolsa família consome R\$30 bilhões de reais por ano. Portanto seria possível suprir a demanda desse auxílio social apenas com a taxaço de grandes fortunas.

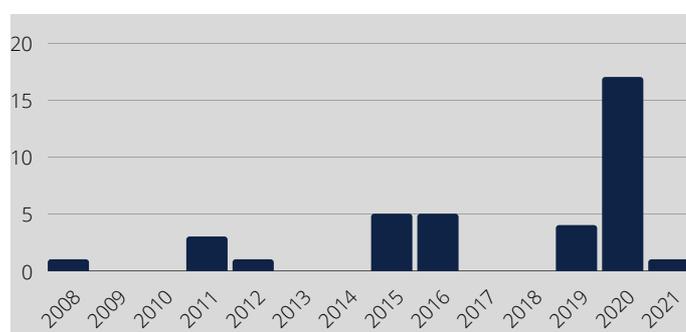
O que é a taxaço de Grandes Fortunas?

O imposto sobre grandes fortunas, chamado de IGF no Brasil, é uma taxa aplicada pelo governo sobre a renda das pessoas mais ricas, com o intuito de confiscar esse dinheiro para realizar obras públicas, combater crises e diminuir a desigualdade. O IGF é um tópico controverso e que

Com a chegada da pandemia de Covid-19 e todos os impactos econômicos relacionados a ela, esse tema foi novamente levantado como solução para o caixa do país.

No cenário global o Brasil é o único país entre os 20 mais ricos e os 20 mais desiguais, mesmo assim a sua desigualdade social se elevou no período de COVID-19, visto que o número de bilionários se elevou de 45 para 65 enquanto a quantidade de brasileiros vivendo na linha da pobreza tenha aumentado em 2,8 milhões a mais, do que antes da pandemia.

Figura 1: Criação de projetos de IGF no Congresso.



Onde o IGF foi aplicado e quais foram as consequências.

Atualmente o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) é aplicado na Argentina, Alemanha, Espanha, França, Dinamarca, Áustria, Noruega, Islândia, Finlândia, Luxemburgo, Suécia, Suíça, Uruguai, Colômbia e Holanda. Entre os países, as taxações podem variar de acordo com cada um, podendo ser uma taxa única, cobrada apenas 1 vez, ou todos os anos, alguns países podem contabilizar as residências, veículos e etc, e outros não contabilizam isso na conta para chegar ao valor do patrimônio líquido. É normal que cada país tenha uma definição de valor para quem possui grandes fortunas, sendo assim, eles definem também qual será a taxa aplicada de tributação, podendo ser uma taxa fixa ou de acordo com o seu patrimônio líquido.

Um dos principais acontecimentos referente ao IGF, foi o caso do ator francês Gérard Depardieu, agora cidadão russo, que fez a

primeira declaração de imposto de renda na Rússia, onde pagará taxa de 6%, já que está registrado como autônomo, enquanto a maioria dos residentes russos pagam 13%, informa o jornal "Izvestia". Segundo o jornal, que cita uma especialista em tributos, a taxa de 6% é aplicada aos empresários cuja renda anual não supera 60 milhões de rublos (1,3 milhão de euros). Portanto, podemos perceber que a taxação de grandes fortunas podem forçar os milionários locais a deixarem o seu país para se alocar em algum paraíso fiscal ou países com taxas menores.

O que a população brasileira pensa?

O Brasil é um país com imensas proporções continentais e com muitas regiões que possuem culturas diferentes, por conta disso existem diversas opiniões acerca desse tema. Contudo, segundo pesquisa da Oxfam em conjunto com a Datafolha, 84% dos brasileiros defendem o aumento de impostos dos "super-ricos" para financiar serviços essenciais.

A pesquisa também revela um crescimento contínuo na porcentagem de indivíduos com esse pensamento. Em 2017 foi constatado que 71% dos cidadãos brasileiros defendiam esse tributo, em 2019 foi 77% e em 2021 subiu para 84%. Essa subida da margem de 2019 até 2021 pode ter se dado pelo fato da pandemia do Covid-19, porém esses números elevados revelam a posição da maioria das pessoas.

O que isso afeta na Economia?

A taxação pode afetar diversos fatores no cenário econômico local, e como a economia é semelhante a um jogo de xadrez, temos que saber quais serão os próximos passos a serem realizados. Para muitos, o IGF é abordado como uma maneira de reduzir a desigualdade social existente em um país como foi citado anteriormente.

Analisando pelo ponto de vista do governo, isso irá gerar um caixa maior, portanto, poderá ocorrer um desenvolvimento no setor da educação e saúde, que muitas vezes são serviços utilizados por aqueles menos

favorecidos. Já pelo lado de vista do detentor de uma grande fortuna, isso implicará em uma nova taxa sobre seu patrimônio, isso leva ao residente local decidir se realmente vale a pena se manter no país ou não.

Caso esse plano seja posto em prática, pode ocorrer fuga de capital do país, então, esse patrimônio alocado pode estar sendo utilizado para investimento de empresas e setores e que podem ser resgatados para fugir dessa taxa, conseqüentemente, desacelerando a produtividade e o desenvolvimento. E os países que são considerados paraísos fiscais, podem arrecadar uma quantidade maior que o normal, conseguindo se desenvolver mais que os outros por conta da implementação do IGF.

Há outras formas de levantar recursos?

Além do imposto sobre grandes fortunas, especialistas consultados pelo Brasil de Fato também defendem a volta da tributação de lucros e dividendos, que deixou de ser cobrada em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Estudo recente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) apontou que o governo poderia arrecadar quase R\$ 60 bilhões por ano com esse imposto.

Outra medida tributária para combater as desigualdades de renda seria uma reformulação do imposto sobre herança. Ele até existe no Brasil como imposto estadual, em que as alíquotas variam de acordo com a unidade da federação, com máxima de 8%, definido em legislação federal.

"De fato, apesar de seu pouco potencial arrecadatório, a tributação por herança pode impedir a concentração excessiva de riqueza e sua perpetuação através das gerações. Após a Segunda Guerra Mundial, a tributação sobre herança foi fortemente usada como instrumento distributivo entre as economias avançadas", afirmam Pedro Humberto e Marc Morgan na pesquisa sobre taxa de grandes fortunas.

Para se ter uma ideia, nas principais economias capitalistas, como os Estados Unidos, a alíquota desse imposto chega a ser de 40%. No Japão é de 55%, seguido pela Coreia do Sul (50%) e França (45%).

O professor de economia da FEA-USP, Paulo Feldmann, defendeu que há várias medidas que podem ser adotadas – a maior parte delas passam por uma reforma tributária. Para Feldmann, uma possibilidade é o imposto sobre heranças e também a tributação entre os mais ricos. Ele acredita que o projeto de reforma tributária que tramita no Congresso, no momento, "não toca na ferida".

Conclusão

Após analisar os dados e os históricos dos países que implementaram esse imposto, podemos concluir que o IGF poderia ser um novo modo de arrecadação, contudo, não representaria um percentual considerável do PIB do país (aproximadamente 2%). Além disso, é percebido um grande montante de dinheiro sonogado, com isso seria mais efetivo investir em políticas de fiscalização de evasão do pagamento de impostos, evitando essas perdas.

Em 2020, o Brasil deixou de arrecadar algo entre R\$460 bilhões e R\$600 bilhões em impostos, de acordo com o estudo feito pelo Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV). O cenário se agrava ainda mais se analisarmos a evasão fiscal de empresas, que pode representar R\$320 bilhões e R\$420 bilhões e mais o trabalho informal, uma estimativa de R\$140 bilhões e R\$180 bilhões. Esses valores podem representar até 11% do Produto Interno Bruto (PIB).

Logo, vemos que há uma falha no sistema nacional para a taxa e arrecadação dos impostos, portanto, é importante analisar quais seriam as formas de concertar esses erros, após essa correção, ver se realmente faz sentido a taxa de grandes fortunas.

Uma outra forma de ajudar a impulsionar a economia do país seria a criação de programas de incentivo fiscal para pessoas mais ricas

investirem na estrutura do Brasil, gerando assim mais fluxo de capital, desenvolvimento nacional, movimentação da economia e criação de empregos sem correr o risco que esse capital saia do país.

Leonardo Vieira
Lucas Carvalho
Rafael Kiwamen
Thiago Otsuka

Disclaimer

Avisos – As informações contidas nesse artigo foram obtidas de fontes abertas ao público em geral, mas consideradas pelo(s) membro(s) da Liga do Mercado Financeira como confiáveis e fidedignas. A Liga do Mercado Financeiro não responde legalmente com nenhum tipo de garantia, uma vez que este artigo tem apenas fins didáticos e não consiste de forma alguma como recomendação ou análise de um profissional.